



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Diretoria de Administração e Planejamento
Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista - RR, CEP 69.303-340 , Sem Telefones cadastrados
www.ifrr.edu.br

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)**

PREGÃO Nº/20...
(Processo Administrativo n.º 23229.000477.2020-78)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza, tratamento, higienização, manutenção e conservação da piscina do IFRR/Campus Boa Vista, sem dedicação de mão de obra exclusiva, incluindo ferramentas e equipamentos e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da casa de máquinas da piscina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	CATMAT/ CATSER	Unidade de medida	Quant.	Valor Mensal	Valor Máximo Aceitável
Grupo 1						
1	Serviços de limpeza, tratamento, higienização, manutenção e conservação da piscina do Campus Boa Vista, incluindo: - análise físico-química e microbiológica da água, mensal; - mão-de-obra (piscineiro e químico ou técnico químico); - EPI; - ferramentas e equipamentos; - produtos químicos (vide relação mínima) e - demais insumos necessários para proceder a limpeza e manter a qualidade da água, nas quantidades e exigências estabelecidas. A piscina tem as seguintes características: Comprimento: 25 metros; Largura: 16 metros; Profundidade: 1,55 metros parte rasa e 1,65 metros parte funda; Área total: 640m³	9962	Mês	12	R\$ 13.650,00	R\$ 109.917,00

2	<p>Manutenção preventiva, trimestral, necessária a manutenção da casa de máquinas, tubulação, sistema de filtros, bombas e aquecedores, para a piscina do Campus Boa Vista.</p> <p>A casa de máquinas tem os seguintes equipamentos e acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Duas (2) motobombas para piscina marca: jacuzzi modelo: 3b-t, 3 cv trifásica 220-380v; - Dois (2) corpos com pré-filtro das bombas de piscina jacuzzi modelo b; - Seis (6) filtros de areia de alta vazão jacuzzi com taxa de filtração de 880 m3/ m2/ dia e válvula seletora modelo VS6TP15 de seis posições: filtrar – retrolavar – drenar – recircular – enxaguar – testar de 30 tp que operam com 2 manômetros para melhor indicação para o momento certo da retrolavagem; - Seis (6) unidades contendo 25kg de areia jacuzzi para filtro de piscina; - Quadro de comandos elétricos de proteção para as motobombas. 	9962	Serviço	4	R\$ 10.840,00	R\$ 43.360,00
3	<p>Manutenção corretiva, por demanda, com fornecimento de peças, acessórios e componentes necessários a manutenção da casa de máquinas, tubulação, sistema de filtros, bombas e aquecedores, para a piscina do Campus Boa Vista.</p> <p>A casa de máquinas tem os seguintes equipamentos e acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Duas (2) motobombas para piscina marca: jacuzzi modelo: 3b-t, 3 cv trifásica 220-380v; - Dois (2) corpos com pré-filtro das bombas de piscina jacuzzi modelo b; - Seis (6) filtros de areia de alta vazão jacuzzi com taxa de filtração de 880 m3/ m2/ dia e válvula seletora modelo VS6TP15 de seis posições: filtrar – retrolavar – drenar – recircular – enxaguar – testar de 30 tp que operam com 2 manômetros para melhor indicação para o momento certo da retrolavagem; - Seis (6) unidades contendo 25kg de areia jacuzzi para filtro de piscina; 	9962	Serviço	4	R\$ 27.633,33	R\$ 110.533,33

	- Quadro de comandos elétricos de proteção para as motobombas.				
Valor total da contratação:					R\$ 317.693,33

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de limpeza, tratamento, higienização, manutenção e conservação da piscina e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da casa de máquinas.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Realização de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, haja vista enquadrar-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei n.º 10.520/02 e por possuir padrões de desempenhos e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

5.1.1.1. A licitante deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.1.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5.1.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

5.1.1.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.1.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.1.7. A licitante deverá:

a. Estar com o seu cadastro regular no SICAF;

b. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

c. Não estar sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d. Ter disponibilidade de veículos, equipamentos e maquinário em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;

e. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.

5.1.1.8. De acordo com os itens 4.1 a 4.7 e 10.6 do ANEXO VII-A da IN SEGES 05/2017, será exigido do licitante:

e.1. Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

e.2. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;

e.3. Declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e.4. Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;

e.5. Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa/SLTI nº 2, de 16 de setembro de 2009;

e.6. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e.7. Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

e.8. Além da necessidade de apresentar as declarações citadas nos anexos da IN SEGES 05 /2017, o licitante deverá apresentar, também:

- Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Anexo II do Edital.

- Declaração de Não Parentesco, em atendimento ao art. 7.º do Decreto n.º 7.203, de 4/6/2010, conforme Anexo III do Edital.

- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.1.1.9. É vedada a participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003.

5.1.1.10. A empresa vencedora da licitação deverá apresentar Alvará de localização e funcionamento emitido pelo Município de Boa Vista, antes da assinatura do contrato.

5.1.1.11. A empresa vencedora da licitação deverá apresentar o comprovante de que o Responsável Técnico pelo tratamento da água da piscina esteja habilitado pelo Conselho Regional de Química, antes da assinatura do contrato, e manter essa comprovação durante toda a vigência contratual. O Termo de Responsabilidade Técnica deverá ser apresentado antes do início da prestação dos serviços.

5.1.1.12. Executar os serviços contratados em observância à legislação (Municipal, Estadual ou Federal), respeitando as normas internas do Campus e todas as legislações vigentes, sejam elas ambientais, trabalhistas ou de segurança e saúde ocupacional, além de Normas Regulamentadoras, tais como:

- Normas NBR 10818 de novembro de 1989 – “Qualidade de Água de Piscina”;

- NBR 11238 NB 1299 – “Segurança e Higiene de Piscinas”;

- Demais normas aplicáveis.

5.1.1.13. A Contratada deverá fornecer aos seus profissionais os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma de Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

5.1.1.14. Os produtos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, a eles associados.

5.1.1.15. A qualquer tempo o contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

5.1.1.16. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá considerar todos os custos necessários para a prestação do serviço especificados nos itens 1, 2 e 3, no que se refere a mão de obra, insumos (materiais e equipamentos), EPI's, uniforme, análise físico-químico e microbiológico da água, bem como as peças e acessórios para a manutenção da casa de máquinas.

5.1.1.17. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou

indiretamente na prestação dos serviços, **apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços**, conforme anexo IV do Edital.

5.1.2. Trata-se de serviço de natureza continuada, pois sua ausência ocasiona danos à Administração, impedindo que as atividades nela desempenhadas sejam realizadas. Portando, com base no art. 15 da IN SEGES 05/2017, pela sua essencialidade, o serviço visa à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

5.1.3. Dos critérios e práticas de sustentabilidade, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 3ª Edição Abr/2020, da Advocacia-Geral da União, e nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, será exigido do licitante:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

5.1.4. A contratação deverá ser realizada por um período inicial de 12 meses, podendo ser prorrogada até 60 meses de acordo com o que consta no art. 57, II, da Lei 8666/93.

5.1.5. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato.

5.2. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 14 horas, no seguinte endereço: Av. Glaycon de Paiva, n. 2496, Bairro: Pricumã, Boa Vista-Roraima.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. **Em caso de o licitante optar pela realização da vistoria, este deverá realizar o agendamento por meio do e-mail daplan@ifrr.edu.br.**

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de

desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.6. As empresas licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente:

6.6.1. Declaração de Vistoria, conforme Anexo V do Edital; ou

6.6.2. Declaração de abdicação de vistoria emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme Anexo VI do Edital.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A contratação será realizada por meio da prestação dos serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, com pagamentos realizados mensalmente e sob demanda.

7.1.2. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se de pessoal capacitado, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

7.1.3. Dentre os profissionais necessários a prestação do serviço, a empresa obrigatoriamente deverá dispor:

a. Engenheiro Químico ou Técnico Químico: responsável pela parte técnica, pois essa pessoa deverá realizar a análise da qualidade da água, avaliação do Ph e orientar os serviços de manutenção que serão prestados pelos técnicos.

b. Técnico em manutenção de piscinas e/ou piscineiro: Responsável pela execução do serviço de manutenção e limpeza de piscinas e equipamentos.

7.1.4. O serviço de manutenção preventiva deverá ser realizado de modo a identificar possíveis inconsistências nos equipamentos e instrumentos constituintes do conjunto piscina casa de máquinas tendo por finalidade conservar os equipamentos em perfeitas condições de uso, prevenindo a ocorrência de quebras e defeitos.

7.1.5. A manutenção preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos em perfeitas condições de uso, prevenindo a ocorrência de quebras e defeitos, compreende a manutenção mecânica, elétrica e eletrônica de todas as peças e componentes inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos, em todos os equipamentos. A mesma consiste em um conjunto de inspeções rotineiras. Ao final de toda visita de manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir um relatório detalhado dos serviços executados, entregando ao fiscal do contrato o original assinado pelo técnico que executou o serviço.

7.1.6. Os serviços de manutenção corretiva, demandados pela CONTRATANTE, tratam da execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de higienização, tratamento, conservação e funcionamento da piscina do Campus Boa Vista, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica. Para toda manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá emitir um relatório detalhado dos serviços executados, entregando ao fiscal do contrato o original assinado pelo técnico que executou o serviço.

7.1.7. DA DESCRIÇÃO E ROTINA DOS SERVIÇOS

7.1.7.1. DOS SERVIÇOS DO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE PISCINAS E/OU PISCINEIRO

- a) Realizar, diariamente, a limpeza da piscina passando a rede pela superfície da água;
- b) Aspirar pelo fundo de maneira a retirar os detritos ali depositados;
- c) Remover, sempre que necessário, a gordura depositada nas bordas da piscina;
- d) Preparar os ingredientes químicos para realizar o tratamento da água da piscina;
- e) Realizar o reabastecimento de água da piscina, a fim de repor a quantidade de líquido perdida durante as atividades;
- f) Verificar a existência do material necessário à realização da limpeza da piscina e do tratamento da água além de outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso;
- g) Comunicar à Administração ou ao Fiscal do Contrato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos na piscina;
- h) Recolher ao final das atividades, o material utilizado, arrumando-o de forma adequada e trancando-o para que ninguém desautorizado tenha acesso;
- i) Requisitar da empresa o material necessário aos serviços a serem executados;
- j) Realizar a limpeza da área externa, ao redor da piscina, no mínimo, duas vezes por semana;

7.1.7.2. DOS SERVIÇOS DO ENGENHEIRO QUÍMICO OU TÉCNICO QUÍMICO

- a) Realizar, uma vez por semana, a análise do pH da água de forma a mantê-lo dentro das especificações exigidas, a água da piscina coletiva deverá manter cloro na razão de 0,8mg/L a 3,0 mg/L;

o pH (Potencial Hidrogênico) da água deverá permanecer entre 7,2 pH a 7,8 pH e alcalinidade da água deve ser de 80 a 120 ppm;

b) Verificar o uso adequado dos produtos químicos utilizados para a execução dos serviços;

c) Elaborar relatório analítico mensal sobre as atividades desenvolvidas, o qual deverá ser encaminhado junto com a nota fiscal;

7.1.7.3. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS DIARIAMENTE

a) aplicação de produtos necessários para equilíbrio da alcalinidade, pH e resíduos metálicos bem como o controle de algas/fungos e acompanhamento bioquímico da água;

b) fazer limpeza das bordas da piscina;

c) manter a água da piscina em condições de balneabilidade, técnica e visibilidade.

d) fazer controle diário da qualidade da água, uma vez que mesmo estando clara e transparente, pode conter bactérias e vírus transmissores de doenças e infecções.

e) Conservação do espaço físico da casa de máquinas da piscina, mantendo o espaço enxuto a fim de não prejudicar os equipamentos;

f) Ao verificar alguma inconformidade na qualidade da água que não seja de fácil solução, proibir imediatamente o uso da piscina e comunicar tal situação ao responsável da empresa contratada e a Administração.

7.1.7.4. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS DUAS VEZES POR SEMANA

a) Lavar o piso externo da piscina, bem como os rejuntas, de modo a evitar manchas e encardidos, conservando as características originais;

7.1.7.5. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS TRÊS VEZES POR SEMANA

a) Aspirar a piscina;

b) Efetuar limpeza de pré-filtro;

c) Limpeza geral da piscina, escovando as paredes e fazendo aspiração de fundo.

d) Limpeza das bordas com um limpador apropriado antes da manutenção da água;

7.1.7.6. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS MENSALMENTE

a) a empresa contratada deverá apresentar laudo dos exames microbiológicos da água da piscina, conforme Normas da ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS;

b) Lavagem da capa da piscina se houver.

7.1.7.7. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS TRIMESTRALMENTE

a) Realizar manutenção preventiva na casa de máquinas da piscina;

b) Inspeccionar o sistema/conjunto filtrante, inclusive tubulações;

c) Substituir quando necessário a areia do filtro;

d) Realizar reparo e manutenção da motobomba quando necessário;

e) Na casa de máquinas deverá ser realizado a manutenção corretiva dos equipamentos instalados na mesma, com fornecimento de peças, incluindo o fornecimento de peças que dos equipamentos e sistema elétrico sejam necessárias para compor o conjunto e hidráulico da casa de máquinas da piscina (quadro de comandos, motobombas, filtros e parte hidráulica).

7.1.7.8. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS ANUALMENTE

a) Avaliar a necessidade de remover todas as impurezas incrustadas entre os pisos, realizando a limpeza de todo o rejunte da piscina;

b) Avaliar a necessidade de revitalizar todo o piso da piscina, removendo o possível das contaminações incrustadas na face esmaltada do mesmo;

7.1.8. Os dias e horários da prestação do serviço serão definidos de forma a se adequar à programação de utilização da piscina, para que não impacte na realização das atividades organizadas pelo Campus. Portanto, a Contratada deverá estar preparada para realizar serviços aos sábados e domingos e em horário compreendido entre 5h e 21h, de segunda a sexta-feira.

7.1.9. Todos os encargos trabalhistas (adicional noturno, horas extras, dentre outros) referentes à realização de serviços, são de responsabilidade da Contratada.

7.1.10. Os serviços a serem contratados, serão executados por empresa especializada no ramo do objeto da licitação, com fornecimentos de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios para o tratamento físico-químico da piscina;

7.1.11. Todos os produtos químicos utilizados na piscina devem ser de primeira qualidade, devidamente comprovada, e adquirida pela empresa prestadora dos serviços.

7.1.12. Para a realização das manutenções, o setor responsável pela manutenção do Campus expedirá as Ordens de Serviço endereçadas à Contratada, repassando à fiscalização do contrato, de forma que esta acompanhe a realização dos serviços.

7.1.13. Após a realização das manutenções, a Contratada emitirá relatório sobre os serviços realizados,

o qual será analisado pelo fiscal que, se necessário, solicitará parecer técnico de servidor com conhecimentos da área.

7.1.14. DA ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICO E MICROBIOLÓGICO DA ÁGUA:

7.1.14.1. A Contratada deverá realizar mensalmente as análises microbiológicas e físico-químicas em laboratório certificado pela ABNT NBR ISO/IEC 17.025 ou norma mais recente em vigor. A contratada não poderá realizar as análises em laboratório próprio, devendo as amostras serem enviadas para um laboratório sem vínculos com a mesma.

7.1.14.2. A exigência da certificação pela ABNT, conforme a NBR ISO/IEC 17.025 ocorre em razão da importância das análises e das metodologias efetivamente usadas pelo laboratório, tendo em vista que é de interesse do IFRR/Campus Boa Vista que o laboratório tenha competência comprovada para a realização do serviço.

7.1.14.3. A data da coleta deve ser informada com dois dias úteis de antecedência para a Fiscalização do contrato e/ou para a Administração da contratante, de forma que o fiscal ou outro servidor do Campus possa acompanhar a coleta, devendo ocorrer em horário comercial.

7.1.14.4. O prazo entre a coleta e a entrega das amostras no laboratório não deve exceder o período de 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.14.5. Os serviços de coleta, armazenamento, transporte e análise das amostras coletadas devem ocorrer conforme a metodologia "Standard Method for Examination of Water and Wastewater" ou metodologia equivalente, de credibilidade reconhecida, sujeita à aprovação pelo IFRR/Campus Boa Vista;

7.1.14.6. Os parâmetros a serem analisados em cada amostra coletada, são:

a. Microbiológicos (Coliformes Totais; Coliformes Fecais; Staphylococcus Aureus e Bactérias Heterotróficas);

b. Físico-químicos (Aspecto, Alcalinidade Total; Dureza Cálcica; Cloro Livre e pH).

7.1.14.7. Os laudos contendo os resultados das análises deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

a. Identificação do laboratório (incluindo CNPJ, endereço completo e telefone para contato);

b. Identificação do ponto de coleta;

c. Data e hora da coleta;

d. Chuva nas últimas 24hs (sim/não) e condições climáticas no momento da coleta;

e. Nome do responsável pela coleta;

f. Nome do colaborador do IFRR/Campus Boa Vista responsável pelo acompanhamento da coleta;

g. Data e horário da entrada da amostra no laboratório para análise;

h. Unidade de medida dos parâmetros analisados;

i. Limite de quantificação;

j. Valor máximo permitido (VMP) para cada parâmetro;

k. Metodologia adotada e legislação pertinente;

l. Interpretação dos resultados;

m. Data da emissão do laudo;

7.1.14.8. Os laudos contendo os resultados das análises das amostras devem ser anexados ao relatório mensal e estar assinados pelo Responsável Técnico do laboratório.

7.1.14.9. Caso seja necessária a realização de reanálises para verificar possíveis desvios quanto ao processo de coleta, análise ou processo de tratamento das piscinas, as mesmas deverão ser suportadas pela Contratada.

7.1.14.10. O IFRR/Campus Boa Vista se resguarda o direito de contratar laboratórios para realização de análises de contra-prova.

7.2. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do termo de contrato, com a apresentação dos funcionários da contratada, que executarão o serviço, para a Administração do IFRR/Campus Boa Vista, na figura do Departamento de Infraestrutura e Manutenção.

7.2.1. O Departamento de Infraestrutura e Manutenção ou outro setor designado pela Administração da Contratante será o responsável por emitir as Ordens de Serviço e por repassar as orientações necessárias para o início da execução dos serviços, bem como durante a vigência contratual.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. O acompanhamento e a fiscalização do serviço serão de responsabilidade dos Servidores designados pela contratante, por meio de portaria, a qual será anexa ao processo, cabendo a estes anotar e registrar todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação.

8.2. A comunicação entre a fiscalização do serviço e a contratada será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. Aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato caberão o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.

8.4. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato poderão ser processados nos termos dos arts. 39 a

47 da IN/SEGES/MPOG nº 05/2017.

8.5. Os servidores indicados para fiscalizar o contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

8.6. O pagamento será realizado tomando por base a prestação de serviço realizada, mediante a apresentação de Nota Fiscal de serviço.

8.6.1. No caso dos materiais (produtos químicos), a Administração efetuará o pagamento de acordo com a quantidade efetivamente fornecida. O fornecimento dos materiais deverá ser realizado com base na necessidade verificada pela empresa, em conjunto com a fiscalização do contrato.

8.6.1. Como condição indispensável para emissão do ateste pelo Fiscal do Contrato, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos quando da apresentação da Nota Fiscal:

8.6.1.1 Comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

8.6.1.2 Outros documentos legais e/ou contratuais determinados pelo fiscal do contrato.

8.6.2. O fiscal deverá ajustar o pagamento devido à contratada de acordo com a aplicação dos indicadores constantes no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo VII do Edital.

8.6.3. O fiscal promoverá a análise do relatório e dos valores a serem pagos pelos serviços efetivamente prestados no período, e informará qualquer inconsistência à contratada.

8.6.4. O pagamento será executado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal de Serviços à Contratante, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada dos documentos relacionados nos subitens do item 8.6.1 deste Termo de Referência.

8.7. As demais regras relativas à gestão contratual estarão dispostas na legislação que rege a matéria.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.1.1. Está Administração definiu especificações e quantitativos mínimos a serem seguidos, conforme tabelas abaixo.

MATERIAIS PARA LIMPEZA DA PISCINA E ÁREA EXTERNA (ESTIMATIVA MÍNIMA)			
Item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
1	ALGECIDA DE CHOQUE	10 litros	120 litros
2	ALGECIDA DE MANUTENÇÃO	20 litros	240 litros
3	CARBONATO DE SÓDIO	30 quilos	360 quilos
4	BICARBONATO DE SÓDIO	200 quilos	2.400 quilos
5	CLARIFICANTE	15 litros	180 litros
6	CLORO GRANULADO ESTABILIZADO	90 quilos	1.080 quilos
7	LIMPA BORDA	05 litros	60 litros
8	SULFATO DE ALUMINIO	10 quilos	120 quilos
9	REDUTOR DE PH	10 litros	120 litros
10	ELEVADOR DE PH	10 quilos	12 quilos
11	REAGENTE DE ANÁLISE DE CLORO embalagem com 23 ml	01 unidade	12 unidades
12	REAGENTE DE ANÁLISE DE PH embalagem com 23 ml	01 unidade	12 unidades
13	REAGENTE DE ANÁLISE DE ALCALINIDADE embalagem com 23 ml	02 unidades	24 unidades
14	Detergente alcalino (limpa pisos), diluição de até 1:200	02 bombonas de 5L	24 bombonas de 5L

EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA LIMPEZA DA PISCINA E ÁREA EXTERNA (ESTIMATIVA MÍNIMA)		
Item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL
1	ASPIRADOR COM "CERDAS"	02
2	PENEIRA CATA FOLHA	02
3	MANGUEIRA FLUTUANTE 30 METROS C/ ADAPTORES 1" 1/2	02
4	ESCOVA CURVA	04

5	CABO DE ALUMINIO OU TELESCÓPIO 5 METROS	04
6	KIT ESTOJO MEDIÇÃO DE PH E CLORO	02
7	KIT ESTOJO DE MEDIÇÃO DE ALCALINIDADE TOTAL	02
8	KIT ESTOJO DE MEDIÇÃO DE CLORO LIVRE (com reagente)	01
9	VASSOURA DE CERDAS DE NYLON, COM CABO	04
10	VASSOURA TIPO ESFREGÃO COM CERDAS RIGIDAS	06

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (ESTIMATIVA MÍNIMA)			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Óculos de segurança para proteção dos olhos contra radiação ultra-violeta	Unid.	01
2	Óculos de segurança para proteção dos olhos contra respingos de produtos químicos	Unid.	01
3	Máscara PFF2 com filtro ou válvula de exalação - respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos	Unid.	01
4	Luva de látex - luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes	Par	01
5	Bota de pvc cano longo - Calçado de segurança para proteção dos pés e pernas contra respingos de produtos químicos	Par	01
6	Protetor solar FPS 50 (no mínimo) 200 ml - creme protetor de segurança	Unid.	10

RELAÇÃO DO UNIFORME A SER UTILIZADO PELO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE PISCINAS E/OU PISCINEIRO (ESTIMATIVA MÍNIMA)				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Semestral	Quantidade anual
1	Camisa com proteção solar, manga longa, fator solar de no mínimo 50	Unid.	02	04
2	Calça de sarja com cintura elástica e bolso	Unid.	02	04
3	Bermuda de banho	Unid.	02	04
4	Boné legionário com proteção solar, fator solar de no mínimo 50	Unid.	02	04
5	Luva curta com proteção solar, fator solar de no mínimo 50	Par	02	04
6	Crachá e cordão	Unid.	01	01

9.1.2. Os materiais de consumo, equipamentos, ferramentas, EPI's e uniforme constantes nas tabelas acima SÃO MERAMENTE ESTIMATIVOS E EXEMPLIFICATIVOS.

9.1.3. Cabe a CONTRATADA considerar em sua proposta os materiais de consumo, equipamentos, ferramentas, EPI's e uniforme que necessita para a realização dos serviços e seu quantitativo de forma a prestar corretamente os serviços.

9.1.4. Caso a quantidade total de materiais, ferramentas e equipamentos apresentada na proposta da CONTRATADA não seja suficiente para a prestação adequada dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer todos os itens necessários para a perfeita execução dos serviços, sem ônus para a Administração.

9.1.5. Será permitido a permuta de quantitativo de materiais de consumo constantes na proposta da CONTRATADA, desde que o valor total dos materiais não supere aquele estipulado na proposta apresentada pela CONTRATADA, e que seja previamente autorizada pela Fiscalização do Contrato.

9.1.5.1. Caso haja a necessidade de permuta por materiais não previstos na proposta da contratada, será necessária que a empresa apresente três orçamentos que comprovem o menor valor ou o valor médio do material a ser adquirido, como forma de comprovação de que o preço é o praticado no mercado.

9.1.6. Todos os produtos a serem utilizados na execução do contrato deverão ser de primeira qualidade e sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE, devendo ser entregues no depósito da empresa prestadora do serviço, localizado nas dependências da CONTRATANTE, até o primeiro dia útil de cada mês.

9.1.7. Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados. Sua adoção, contudo, deverá ser precedida de testes comprobatórios de adequação pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

9.1.8. Os produtos encaminhados deverão estar acompanhados das notas fiscais correspondentes ou relação em duas vias, as quais deverão ser recebidas e conferidas pelo servidor responsável pela fiscalização.

9.1.9. Os materiais para limpeza e tratamento serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme o quantitativo fornecido no mês, após conferência do setor responsável pela fiscalização do contrato.

9.1.10. A dinâmica de abastecimento será a seguinte:

- a. Os materiais serão fornecidos pela CONTRATADA e entregues à Fiscalização do Contrato ou a servidor previamente designado pela Administração da Contratante.
- b. A entrega deverá ser realizada mensalmente e sempre que houver a necessidade, conforme quantitativo estipulado na proposta da empresa e possíveis ajustes.
- c. Mensalmente a CONTRATADA deverá elaborar e enviar à CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela, em conjunto da documentação necessária para pagamento da fatura, relatório de consumo de materiais, no sentido de adequar a quantidade exata necessária para a execução dos serviços.
- d. Os materiais de limpeza e produtos químicos deverão ser fornecidos em embalagem original, com indicação da marca, do registro do produto e da procedência, devidamente aprovados pela ANVISA e em quantidade suficiente.

9.1.11. Os equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

9.1.12. Deverão ser fornecidos equipamentos e acessórios em quantidade suficiente para atender à demanda dos serviços e em bom estado de funcionamento. Não será permitida a interrupção do serviço decorrente de defeito de equipamento.

9.1.13. As máquinas e os equipamentos que exigem energia elétrica para funcionamento deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências da CONTRATANTE, e dotados de dispositivo contra descarga elétrica - DR.

9.1.14. O representante legal ou preposto com poderes para tratar com a CONTRATANTE deverá emitir relatório, no início da prestação do serviço e mensalmente, sobre as condições técnicas adequadas dos equipamentos da CONTRATADA utilizados nas dependências da CONTRATANTE, devidamente assinado por responsável técnico.

9.1.15. Os funcionários da empresa que prestarão o serviço deverão estar uniformizados e portando crachá de identificação quando estiverem exercendo suas atribuições dentro das dependências do Campus Boa Vista.

9.1.16. Conforme as normas de segurança a serem adotadas para todo o tipo do serviço a ser executado, a Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos de segurança, higiene e saúde do trabalhador - EPI's necessários.

9.1.17. Os EPI's deverão ser substituídos sempre que necessário.

9.1.18. A Contratada deverá providenciar a aquisição de peças e acessórios específicos para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que compõem a casa de máquinas da piscina.

9.1.19. O valor a ser pago pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva é fixo, devendo a contratada prever em seu orçamento o valor necessário custear todas as peças e mão de obra que serão essenciais para a realização dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Os serviços serão executados no IFRR/Campus Boa Vista, localizado à Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Bairro Pricumã, Boa Vista-RR, CEP: 69303-340;

10.1.2. A contratada deverá atender os requisitos do item 5 e 9 e executar os serviços conforme item 7;

10.1.3. A piscina tem as seguintes características:

- Comprimento: 25 metros;
- Largura: 16 metros;
- Profundidade: 1,55 metros parte rasa e 1,65 metros parte funda
- Área total: 640m³

10.1.4. Equipamentos e Acessórios:

- Duas (2) motobombas para piscina marca: jacuzzi modelo: 3b-t, 3 cv trifásica 220-380v;
- **Dois (2) corpos com pré-filtro das bombas de piscina jacuzzi modelo b;**
- Seis (6) filtros de areia de alta vazão jacuzzi com taxa de filtração de 880 m3/ m2/ dia e válvula seletora modelo VS6TP15 de seis posições: filtrar - retrolavar - drenar - recircular - enxaguar - testar de **30 tp que operam com 2 manômetros para melhor indicação para o momento certo da retrolavagem;**
- **Seis (6) unidades contendo 25kg de areia jacuzzi para filtro de piscina;**
- Quadro de comandos elétricos de proteção para as motobombas.

10.1.5 Os serviços serão executados de segunda-feira a sábado, inclusive em pontos facultativos ou feriados se houver necessidade.

10.1.6. Para os itens 2 e 3 que tratam da manutenção preventiva e corretiva, a contratada deverá estar preparada para atender a necessidade de substituição de qualquer das peças e equipamentos constantes na casa de máquinas, incluindo as motobombas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada

de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VII do Edital, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. O recebimento provisório se caracterizará com a entrega até o último dia útil de cada mês da prestação do serviço, do relatório mensal de acompanhamento emitido pela fiscalização do contrato, o qual conterá informações que indiquem se o serviço foi prestado de forma satisfatória ou se haverá a necessidade de ajuste no pagamento, com base no IMR.

16.1.1. Para elaboração do relatório mensal, a fiscalização realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os acertos finais que se fizerem necessários.

16.1.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser

apontadas no Recebimento Provisório.

16.2. A administração da contratante repassará o relatório mensal de acompanhamento à contratada no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

16.3. De posse do relatório mensal de acompanhamento, a contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura, com os devidos ajustes no valor cobrado, quando devidos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

16.4. Junto com a Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

16.5. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções; e

16.5.2. Emitir relatório e apor o ateste na nota fiscal/fatura para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

16.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO (SUPRESSÃO)

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não

possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, até o limite de 60 (sessenta) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO				
Item	Descrição	Grau	Critério de Cálculo	Incidência
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	01	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
	Utilizar empregado que seja familiar de agente público			

2	ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz nos termos da lei, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.	01	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	01	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
4	Manter empregado sem conhecimentos técnicos para executar os serviços em desacordo com as normas e determinações em vigor	02	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
5	Destruir ou danificar documentos, patrimônio (por culpa ou dolo de seus agentes) da Contratante, causar danos à estruturas, instalações ou pessoas. Ocorre às expensas da Contratada eventuais ressarcimentos	02	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
6	Retirar das dependências da Contratante material ou equipamento sem autorização prévia da Administração.	02	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
7	Permitir que os funcionários executem serviço sem EPIs, uniformes ou crachá, ou em más condições.	03	Por ocorrência e por empregado	Valor mensal do contrato
8	Fornecer informação falsa	03	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
9	Suspender ou interromper o serviço, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	04	Por dia, até o limite de 05 dias	Valor mensal do contrato
10	Causar a interdição das atividades pedagógicas devido à má prestação do serviço.	05	Por ocorrência	Valor mensal do contrato

Para os itens a seguir, deixar de:

11	Comunicar ao Fiscal qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de prestação dos serviços.	01	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
12	Indicar ou manter preposto durante a execução do contrato	01	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
13	Manter todas as condições de habilitação exigidas no certame.	02	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
14	Empregar quaisquer materiais, equipamentos, instrumentos, produtos químicos e de limpeza necessários à execução dos serviços.	02	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
15	Promover o uso racional de energia elétrica, de água ou de observar as regras previstas de produção de ruídos.	02	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
16	Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.	03	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
17	Apresentar documentação exigida para ateste de Nota Fiscal no prazo estipulado.	03	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
18	Realizar os exames necessários para verificar se a piscina mantém os padrões exigidos pelas normas técnicas de balneabilidade dos órgãos reguladores	03	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
19	Substituir os serviços que precisarem ser corrigidos/refeitos no prazo estipulado.	04	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
20	Executar os serviços contratados na periodicidade estabelecida	04	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
21	Fornecer quaisquer materiais, equipamentos, instrumentos, produtos químicos e de limpeza necessários à execução dos serviços	04	Por ocorrência	Valor mensal do contrato
22	Cumprir quaisquer itens do contrato ou instrumento convocatório não previstos nesta tabela.	01 a 04	Por ocorrência ou por dia	Valor mensal do contrato

OBS: O grau previsto no item 22 da Tabela 2 será estipulado conforme a gravidade da conduta, respeitando os critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Para gradação deverão ser observados: prejuízos causados à Contratante, seus agentes ou ao público usuário, bem como aos próprios funcionários da Contratada; caráter educativo e preventivo da pena; desobediência às legislações complementares vigentes e reincidência. Para escolha do critério de cálculo deverá ser observado o caráter do prejuízo causado: se relacionado à morosidade, deverá ser aplicado por dia, caso vise uma compensação por danos, aplicar-se-á por ocorrência. A multa, se aplicável, incidirá sobre o valor mensal do contrato.

- 21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão dispostos no item 5.
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.5. Valor Global: R\$ 317.693,33 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).
- 22.6. Valores unitários: conforme conforme consta no valor mensal da tabela do item 1.1.
- 22.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 317.693,33 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 24.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na seguinte classificação: Gestão 26437; UG 158350; PTRES 171127; Plano de trabalho 12363501220RL0014; Plano interno L3801P01BVN; Fonte 8100; Natureza da despesa 339039-16; Valor: R\$ 317.693,33 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).

25. DO TERMO DE CONTRATO

- 25.1. Após a homologação do resultado da licitação, o fornecedor poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, conforme modelo constante no Anexo VIII do Edital, o qual deverá ser assinado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses,

observando-se o disposto no art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra

Atualização: Outubro/2020

Boa Vista, 21 de junho de 2021

TATIANE CRISTINA DE JESUS
Diretora de Administração e Planejamento
IFRR/Campus Boa Vista

Documento assinado eletronicamente por:

■ Tatiane Cristina de Jesus, DIRETOR - CD3 - DAPLAN (CBV), em 21/06/2021 17:13:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/06/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 88694

Código de Autenticação: b7550e7c39

